

An aerial photograph of a village with numerous traditional thatched-roof huts. The huts are arranged in a somewhat circular pattern, surrounded by lush green trees and vegetation. The scene is captured from a high angle, showing the intricate details of the roofs and the surrounding landscape.

**CIMEIRA MUNDIAL
SOBRE O
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**
Rio+20

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU



SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E DO
TURISMO

CIMEIRA MUNDIAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Relatório Nacional

Bissau, Maio de 2012



RIO+20

Conferência das Nações Unidas
sobre Desenvolvimento Sustentável

SUMÁRIO

ACRÓNIMOS	4
RESUMO ANALÍTICO	5
CONTEXTO NACIONAL NOS ÚLTIMOS 20 ANOS	6
<i>Quadro político da implementação das políticas do desenvolvimento sustentável na Guiné-Bissau</i>	6
<i>Evolução económica e desenvolvimento sustentável</i>	7
<i>Governança</i>	8
<i>Fomento do Sector Privado e Promoção do Emprego</i>	8
IMPLEMENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL A NÍVEL SECTORIAL E CONDIÇÕES DE DURABILIDADE	9
SECTOR PRIMÁRIO	9
<i>Agricultura</i>	9
<i>Florestas</i>	10
<i>Pecuária</i>	11
<i>Pescas</i>	11
SECTOR SECUNDÁRIO	12
<i>Produção e Consumo de energia</i>	12
<i>Minas e Petróleo</i>	14
SECTOR TERCIÁRIO	14
<i>Infra-estruturas, transportes e telecomunicações</i>	14
<i>Educação, Formação, Pesquisa e Sensibilização</i>	16
<i>Promoção da Saúde</i>	17
<i>Turismo e Biodiversidade</i>	18
<i>Transferência de tecnologias ambientalmente saudável, cooperação e fortalecimento institucional e integração regional e mundial</i>	18
PROTECÇÃO DO AMBIENTE E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS PARA O DESENVOLVIMENTO	19
<i>Biodiversidade</i>	19
<i>Mudanças Climáticas</i>	21
<i>Luta Contra a Desertificação</i>	22
<i>Recursos em Água e Zonas Húmidas</i>	22
BALANÇO GERAL DA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 21 NACIONAL	23
ECONOMIA VERDE NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA GUINÉ-BISSAU	23
DESAFIOS E ACÇÕES PRIORITÁRIAS FUTURAS	24
BIBLIOGRAFIA	25

ACRÓNIMOS

ACCC	Projeto da Adaptação às Mudanças Climáticas na zona Costeira	GEF	Fundo Global do Ambiente
AIA	Avaliação do Impacte Ambiental	GIRA	Gestão Integrada de Recursos em Água
AMAE	Associação das Mulheres com Atividades Económicas	GPC	Gabinete de Planificação Costeira
AMP	Área Marinha Protegida	GTP-IE	Grupo de Trabalho sobre o Petróleo e outras Indústrias Extrativas
ANAG	Associação Nacional dos Agricultores da Guiné-Bissau	INASA	Instituto Nacional de Saúde
AP	Área Protegida	INDE	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação
APGB	Autoridade Portuária da Guiné-Bissau	INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento	INITA	Instituto Nacional de Investigação e Tecnologia Aplicada
BCEAO	Banco Central dos Estados da África Ocidental	INPA	Instituto Nacional de Pesquisa Agrária
BM	Banco Mundial	LAA	Lei de Avaliação Ambiental (e Social)
BOAD	Banco Oeste Africano de Desenvolvimento	NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento da África
		ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
CAIA	Célula de Avaliação de Impacte Ambiental	OGE	Orçamento Geral do Estado
CEATA	Célula de Estudos Ambientais e Tecnologias Apropriadas	OMVG	Organização para a Valorização do Rio Gâmbia
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental	ONG	Organização Não Governamental
CILSS	Comité Inter-Estados de Luta contra Seca no Sahel	ONU	Organização das Nações Unidas
CIMA	Comité Interministerial das Águas	PANA	Plano da Adaptação Nacional às Mudanças Climáticas
CNC	Comissão Nacional de caju	PDSA	Programa de Desenvolvimento do Sector da Água
CIPA	Centro de Investigação da Pesca Aplicada	PIB	Produto Interno Bruto
CNP	Comité Nacional Preparatório	PNDS	Programa Nacional de Desenvolvimento da Sanitário
CPDA	Carta da Política de Desenvolvimento Agrário	PNGA	Plano Nacional de Gestão Ambiental
CQNUMC	Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas	PNIA	Programa Nacional de Investimento Agrícola
DENARP	Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza	PNIEG	Política Nacional para Igualdade e Equidade de Género
EAGB	Empresa de Eletricidade e Água da Guiné-Bissau	PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
EIA	Estudo de Impacte Ambiental	POT	Plano de Ordenamento do Território
EPANDB-GB	Estratégia e Plano de Ação Nacional sobre a Diversidade Biológica na Guiné-Bissau	SNU	Sistema das Nações Unidas
EVA	Escola de Verificação Ambiental	UE	União Europeia
		UNDESA	Departamento das Nações Unidas para Economia e Assuntos Sociais
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação	UEMOA	União Económica e Monetária Oeste Africana
FISCAP	Fiscalização das Atividades Pesqueiras	UICN	União Internacional para Conservação da Natureza
GAPLA	Gabinete de Planificação Agrária	USAID	Agencia dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
GDT	Gestão Durável de Terras	ZEE	Zona Económica Exclusiva

RESUMO ANALÍTICO

1. A Guiné-Bissau ao adotar a Agenda 21, um dos resultados saídos da Conferência de Rio (1992), tomou a responsabilidade de implementar uma estratégia visando um desenvolvimento economicamente viável, socialmente inclusivo e ecologicamente racional.

2. Esta decisão implicou a definição de novas orientações políticas e económicas, com garantias de que os benefícios oriundos da exploração dos recursos naturais seriam equitativamente repartidos.

3. Durante o período 2006-2010, a taxa de crescimento real do PIB foi em média de 3,2%. Este crescimento foi caracterizado por um progresso lento, mas positivo, marcado pelo dinamismo do sector terciário. Em 2011, o crescimento real do PIB foi de 5,3%, enquanto que para 2012 a projeção é de 5,2%.

4. Desde a realização da primeira conferência do Rio, em 1992, até hoje a população da Guiné-Bissau cresceu em quase 50 %. Esta evolução demográfica contrasta com a tendência da evolução da produção cerealífera no país. O nível de desenvolvimento humano na Guiné-Bissau continua fraco e precário.

5. Apesar das limitações de várias ordens, progressos significativos foram registados em termos de melhoria dos indicadores de desenvolvimento social (educação e saúde) segundo DENARP II (2011).

	2000-2003	2005-2006	2009-2010
Educação:			
TBS no primário (%)	70,0	101,0	107,8
TLE no primário (%)	45,3	56,9	67,4
TBS no secundário (%)	19,0	30,0	46,6
Saúde:			
Taxa de mortalidade infantil (⁰ / ₀₀₀)	122	138	104
Tx. de mortalidade infante-juvenil (⁰ / ₀₀₀)	205	223	155
Tx. de mortalidade materna (⁰ / ₀₀₀₀₀)	822	800 (2006)	
Água potável:			
Tx. de acesso água potável (%)		54,6	66
Esperança de vida à nascença (anos)	43 (1989)		48,6
Desenvolvimento humano:			
IDH	0	0,278	0,289 (2010)
Rang segundo IDH			164 em 169
Desigualdade do género			
Índice de desigualdade de género (IID)	-	0,381 (2007)	-
Rang em relação a IID		148 em 155	

6. Paralelamente à integração do sector ambiental nas prioridades do Governo, deu-se início a criação de várias entidades estatais e da sociedade civil vocacionadas

para este sector, a elaboração e implementação de instrumentos político-legislativos, sensibilização do público, tudo com o intuito de imprimir a consciência de proteção do ambiente e desenvolvimento sustentável.

ENQUADRAMENTO E METODOLOGIA DO RELATÓRIO

7. O presente relatório inscreve-se no processo de avaliação da aplicação das recomendações da Cimeira da Terra (Rio de Janeiro, 1992). A Guiné-Bissau elaborou este relatório, com apoio financeiro do PNUD e UNDESA, com o objetivo de apresentar o estado de avanço e os progressos realizados ao longo da marcha para o desenvolvimento sustentável;

8. O processo para a elaboração deste relatório percorreu várias etapas: (i) primeiramente, foi criado um Comité Nacional Preparatório (CNP) - composto por diferentes instituições governamentais, departamentos ministeriais e sociedade civil, (ii) procedeu-se ao recrutamento de 4 consultores nacionais para elaborar o relatório nacional, (iii) foi realizado um ateliê técnico para análise do relatório *draft-zero* por grupos temáticos, peritos nacionais provenientes de diferentes sectores, (iv) o relatório final, foi validado num ateliê nacional, ao qual participaram representantes das instituições governamentais, agências das Nações Unidas, ONG nacionais e internacionais, imprensa pública e privada e, instituições de investigação, (v) finalmente foi elaborado este relatório síntese, baseado no relatório final, onde foram ressaltadas as principais conquistas ao longo do processo de implementação da Agenda 21 ao nível da Guiné-Bissau, assim como as fraquezas e insuficiências que levaram a não implementação de muitas ações ao longo destes 20 anos. O relatório termina com recomendações de ações prioritárias futuras.



CONTEXTO NACIONAL NOS ÚLTIMOS 20 ANOS

Quadro político da implementação das políticas do desenvolvimento sustentável na Guiné-Bissau

9. Desde a crise político-militar de 1998, o país mergulhou em sucessivos períodos de instabilidade político-governativa, com implicações bastante nefastas e

que constituiu um dos maiores entraves ao processo da reforma e modernização da administração guineense.

10. Durante o período de 10 anos seguintes, houve mudanças constantes do poder executivo e dos Presidentes, sempre acompanhadas de mudanças de diretores gerais e de serviços, governadores das regiões, administradores dos sectores, etc., contribuindo assim para a quebra da memória institucional, na grande lentidão no tratamento dos dossiês e no adiamento de várias ações.

Evolução económica e desenvolvimento sustentável

11. No princípio dos anos 2000, o Governo elaborou o DENARP I, estratégia para o desenvolvimento económico com vista ao alcance dos OMD. A primeira versão foi adotada pelo governo em 2004 e apresentada aos doadores em 2006.

12. Nessa altura, as preocupações do DENARP I, centravam-se mais nos aspetos ligados à governação, à reforma do sector da defesa e segurança e na recuperação do capital do sector privado destruído durante a guerra, negligenciando por completo, os aspetos ligados ao desenvolvimento económico sustentável.

13. Nos anos seguintes, graças a estabilidade relativa e ao desempenho do governo, registaram-se alguns ganhos, do ponto de vista económico e social. Algumas infraestruturas sociais foram reabilitadas e novas entraram em fase de construção. No plano económico, houve mudanças significativas nomeadamente, no que tange à gestão das finanças públicas, ao crescimento do PIB, as exportações, etc.

14. De 1992 a esta parte, a população cresceu em quase 50 %. Esta evolução demográfica contrasta com a evolução da produção cerealífera e teve consequências diretas no modo de vida das populações que, na busca de alternativas de subsistência, fazem recurso à exploração descontrolada dos recursos naturais.

15. No entanto, grandes esforços foram feitos para melhorar a situação. Foram elaborados estratégias, planos e projetos que visam inverter as tendências negativas relativas à evolução socioeconómica no mundo rural.



16. Procedeu-se em 2010, à avaliação do DENARP I e elaborou-se uma nova versão da estratégia nacional de redução da pobreza, o DENARP II, mais abrangente

onde as questões transversais, como o VIH/SIDA, género e proteção do ambiente, incluindo as alterações climáticas, foram tidas em consideração.

Governança

17. Face à necessidade de um controlo dos efetivos da função pública, o Governo tem vindo a implementar programas e projetos no âmbito da reforma e modernização da administração pública, com o fito de promover maior eficiência, transparência e responsabilização na gestão pública e no desenvolvimento económico sustentável.

Fomento do Sector Privado e Promoção do Emprego

18. Um avanço significativo foi a criação do Centro de Formalização de Empresas (*Guichet único*), para facilitar e agilizar os procedimentos de registo de novas empresas.

19. O Governo procedeu também a criação de um tribunal e de um centro de arbitragem comercial.

20. No domínio da reforma legislativa começou-se a discussão sobre o novo código do trabalho e a implementação da lei de terras e do novo código de investimento.

21. O Governo continua a envidar esforços para promover o investimento e apoiar o desenvolvimento do sector privado.

22. Relativamente ao emprego, as prioridades do Governo são as seguintes: a formulação de uma política nacional de emprego e formação profissional; o desenvolvimento dos indicadores sobre o emprego; a consolidação e o alargamento do programa de emprego jovens, integrando a questão da igualdade de género em termos de oportunidades de acesso e de formação.

Ordenamento do Território

23. Para além de alguns planos diretores sectoriais e urbanísticos, o país não dispõe nem de capacidade institucional nem de instrumentos para assegurar a aplicação de leis sobre a urbanização. Neste quadro, urge a necessidade de dotar o país de um Plano de Ordenamento do Território, para uma melhor gestão dos recursos naturais e orientar investimentos públicos e privados.

Fortalecimento dos grupos vulneráveis



24. As mulheres desempenham um papel fundamental no sector agrícola do país. Elas representam 49% da população ativa no meio rural e, estima-se que elas asseguram mais de 55% do trabalho agrícola.

25. Foi estabelecido um plano-quadro “*Mulheres e Desenvolvimento*” que prevê a introdução de equipamentos de pequena transformação, o acesso facilitado aos fatores de produção e apoio à comercialização. Alguns dos principais objetivos do plano-quadro incluem aliviar as tarefas das mulheres, diminuir o tempo de trabalho e aumentar os rendimentos, acentuando as ações em favor das mulheres.

26. A criação do Instituto Nacional da Mulher e da Criança, culminou com a elaboração e a validação da Política Nacional para Igualdade e Equidade de Género (PNIEG), documento que toma em consideração o papel das mulheres nos diferentes sectores e nas esferas de decisão e ressalta a prioridade do desenvolvimento sustentável.

IMPLEMENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL A NÍVEL SECTORIAL E CONDIÇÕES DE DURABILIDADE

SECTOR PRIMÁRIO

27. O sector primário é o pilar da economia da Guiné-Bissau. Este sector concentra 67% do PIB e 80% dos empregos. Todavia, sofre de insuficiências estruturais que prejudicam a valorização do potencial deste sector: a falta de infraestruturas e a pobreza nos meios rurais são entraves a diversificação da produção primária (UEMOA-BCEAO, 2005).

28. A castanha de caju constitui a primeira cultura de exportação. Atualmente a produção bruta é superior a 100 000 toneladas e representa 98% das exportações do país e 12% da produção mundial.

29. A pesca tem um potencial anual estimado em 275.000 toneladas, mas o seu nível atual de exploração se situa nos arredores de 60 000 toneladas, que representam 4% do PIB e contribuem com 40% no OGE (através da venda de licenças de pesca). Somente 25 000 toneladas são consumidas localmente.

30. O sector florestal dispõe de 2 milhões de hectares de floresta, seja um pouco mais de 55% do território nacional. Este grande potencial ecológico é rico e diversificado com florestas húmidas, florestas secas, florestas galerias, savanas, palmeiras e mangal. As reservas de madeiras foram estimadas em 48 milhões de m³. Estes recursos deparam com uma destruição acelerada, estimada em 50 000 ha/ano (PANA, 2007).

Agricultura

31. Após uma análise profunda do sector agrícola, o país atualizou e adotou a nova Carta da Política de Desenvolvimento Agrário (CPDA, 2002) e elaborou o PNIA (2010).

32. A instituição encarregue do sector agrícola, criou e integrou na sua estrutura, novos serviços diretamente ligadas ao Ministro (GAPLA CONACILSS), 3 Direções Gerais (agricultura, floresta, pecuária), 8 Direções Regionais, o Instituto Nacional de Pesquisa Agrícola (INPA) e suas antenas regionais.

33. O país dispõe de 4 centros de investigação, que correspondem às 4 grandes zonas agro-ecológicas, mas não são inteiramente funcionais.

34. Nos últimos anos, cerca de 1 500 organizações e associações camponesas surgiram em todo o país. Isso representa um sério processo de reorganização do mundo rural de uma forma mais moderna e como resposta aos grandes desafios do desenvolvimento.



35. Em 2005, foi criado em 2005, um quadro nacional de concertação das organizações camponesas e produtores agrícolas, impulsionado pela Rede de Organizações Camponesas e Produtor Rural.

36. Paralelamente surge a Associação Nacional dos Agricultores da Guiné-Bissau (**ANAG**), que conta com 87 associações e associados e é a principal organização privada que representa os interesses de pequenos, médios e grandes agricultores e; a Associação de Mulheres das Atividades Económicas (AMAE) que agrupa cerca de 10 mil mulheres.

37. Devido a importância da promoção da fileira de caju, o Governo criou a Comissão Nacional de Caju (CNC) nos meados do ano 2000.

38. No entanto, este sector depara com vários constrangimentos, quer de ordem estrutural e financeira, assim como ligadas às variações climáticas. A desarticulação na adoção de políticas e o fraco envolvimento do sector privado não permite um crescimento rápido da produção agrícola. A exploração de carvão vegetal e lenha, queimadas, diminuição do pousio, monocultura de caju e o índice elevado da pobreza no mundo rural, têm induzido ao aumento da desflorestação, com todas as consequências que acarretam ao meio ambiente.

Florestas

39. Os problemas deste sector estão relacionados com a desmatação, o sobrepastoreio, a erosão dos solos, a irregularidade e diminuição da chuva e o aumento da população em zonas florestais, em suma, a pressão sobre a biodiversidade.

40. A nível legislativo, uma das primeiras medidas foi a elaboração do Plano de Ação Florestal Nacional na década de 90.

41. Existe uma política florestal baseada na necessidade de responsabilizar os atores locais e a sua participação efetiva nas tomadas de decisões.

42. Nos últimos anos vários projetos foram executados pelo Governo com o apoio financeiro dos parceiros ao desenvolvimento.

43. No quadro da gestão dos recursos florestais foram criadas reservas e áreas protegidas. As áreas protegidas representam 15% do território nacional, com o objetivo de atingir 24% até 2015. O processo de extensão do sistema nacional das áreas protegidas, as florestas claras de Dulombi e Boé os respetivos corredores que os interliga, esta em curso.

Pecuária

44. Os produtos da pecuária representam cerca de 30% do PIB agrícola. Apesar da importância da pecuária no plano económico, sociocultural e nutricional, a percentagem de investimento público previsto para este subsector manteve-se relativamente baixa e em regressão constante há já 30 anos.

45. Em 2011 foi elaborada a Carta de Política de Desenvolvimento da Pecuária que prevê, entre outros, zonas de vocação pastoral e a concepção de mecanismos de retenção de águas.

46. Foram realizados vários estudos sobre o potencial de pastos e sobre o desenvolvimento da produção de animais de ciclo curto

47. A produção de animais de ciclo curto é assegurada principalmente pelas mulheres. Pequenas unidades de produção semi-industrial de ovos e frangos de corte têm sido desenvolvidos em Bissau, enquanto a produção de leite ainda é muito subdesenvolvida.

Pescas

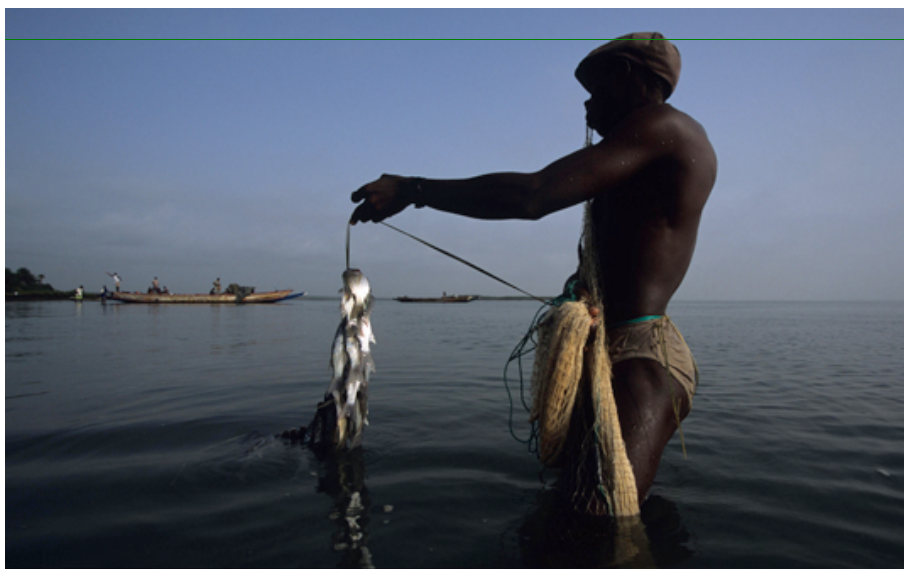
48. O sector das Pescas está dotado de um quadro legal que permite uma boa gestão dos recursos.

49. Em 1997, o Governo adotou o Plano de Gestão dos Recursos Pesqueiros e em 2008 elaborou o Plano Estratégico de Desenvolvimento das Pescas.

50. A nível institucional, foram criados o Centro de Investigação Pesqueira Aplicada (CIPA), dotada de competência em matéria de investigação e monitorização da biologia marinha e a FISCAP para o combate à pesca ilegal. Contudo a operacionalidade de ambas as institucionais é fraca.

51. Para reforçar a componente de infraestruturas, foi construído o porto de pesca em Alto Bandim, financiado pelo BAD e o governo da Guiné-Bissau. Deve-se igualmente destacar a construção do porto de pesca artesanal em Cacine, financiado pela Agência de Cooperação Internacional Japonesa (JICA).

52. A nível legislativo, existem vários textos, entre os quais: o quadro legal e regulamentar do sector, atualizada em 2008, o regulamento de inspeção do pescado, a lei geral das pescas e, o regulamento da pesca artesanal. O regulamento da pesca industrial aguarda a aprovação.



53. A criação das AMP, foi considerada como um mecanismo de gestão sustentável dos recursos haliêuticos.

54. Algumas missões de avaliação científica dos recursos haliêuticos na ZEE da Guiné-Bissau foram realizadas em colaboração com os países parceiros.

55. No quadro da parceria com a UE, acordos quinquenais de pesca industrial têm sido celebrados, permitindo a mobilização de alguns recursos para a pesquisa, formação de quadros e reforço de capacidade de fiscalização pesqueira.

No entanto, o desenvolvimento do sector depara-se com vários constrangimentos, nomeadamente, (i) a ausência de uma política clara e eficaz para impulsionar o sector, (ii) a fraca capacidade institucional e humana, sobretudo em matéria de planificação, monitoria e controlo da exploração dos recursos haliêuticos, (iii) infraestruturas inadequadas para apoiar às atividades de pesca (desembarque, conservação, transformação, controle e comercialização), (iv) a fraca capacidade técnica, organizacional e financeira do sector pesqueiro empresarial nacional, com uma visão voltada para o mercado internacional.

SECTOR SECUNDÁRIO

Produção e consumo de energia

56. A escassez generalizada das infraestruturas básicas constitui, há já muitos anos, um dos mais graves constrangimentos com os quais está confrontada a economia nacional. Por exemplo, o consumo de energia elétrica na Guiné-Bissau é um dos mais baixos do mundo: 0,3 tep / pessoa / ano, e apenas 40% dos habitantes da capital Bissau têm acesso à energia elétrica contra 20% dos das zonas rurais: . (DENARP II, 2011)

57. No entanto, profundas reformas foram aprovadas em 2010 no quadro da implementação da Carta de Política de Desenvolvimento do Sector da energia.

59. O Governo esforçou-se para acelerar a implementação dos programas previstos no âmbito do CILSS e no quadro do financiamento existentes através do Fundo Mundial para o Ambiente, do PNUD e de outros parceiros de desenvolvimento. Estes programas, permitiram a instalação de painéis solares para a satisfação de necessidades em pequena escala e coletivas (centros de saúde de base, escolas, telecomunicações).

60. O Governo deu também os primeiros passos na formulação de uma proposta de política nacional para a promoção de energias renováveis (eólica, solar, biomassa).

61. Esta em curso a construção de uma nova central elétrica, pois a atual central de Bissau esta localizada no centro da cidade e não respeita as regras e normas ambientais.

62. O Governo da Guiné-Bissau, como parte do "Projeto de Reabilitação de Emergência do Sector da Água e Eletricidade", assegurou um financiamento suplementar do BM para a realização das seguintes atividades: apoio institucional com a reestruturação da EAGB e a participação do sector privado; restauração e promoção do sistema de produção e; lançamento de um estudo tarifário e do Plano Diretor de Energia.

63. A Associação Internacional de Desenvolvimento, vai financiar a atualização do quadro legal e regulamentar e a implementação de um plano social para EAGB.

64. O BOAD financiou, após EIA, uma nova central com três geradores a óleo combustível pesado, que será implementado em três fases.

65. A UE disponibilizou fundos para a construção da rede da cintura da cidade de Bissau.

66. Ainda, com o apoio do BM e UE está na fase de finalização o Plano Diretor da Energia.

Energia doméstica

59. Os combustíveis lenhosos (sob forma de lenha e carvão) fornecem cerca 90% da energia consumida no país. Atualmente as formações florestais do país sofrem uma forte pressão devido a demanda crescente e o aumento demográfico, sobretudo nos meios rurais, que dependem fortemente das energias tradicionais (85 a 95% da população utiliza o carvão e a lenha para cozinhar).

60. Neste quadro, as autoridades nacionais, ONG e associações de base, tem realizado varias ações, como, a fiscalização, a difusão de fogões e fogareiros melhorados, o melhoramento de técnicas de carbonização e de gestão florestal e o promoção de outros tipos de combustíveis, como o gás butano, a energia solar, etc. O balanço destas ações ainda são inexpressivos.

61. O Governo também integrou a sua política de energia doméstica, na estratégia do NEPAD-Energia, o que poderá melhorar substancialmente a realização dos objetivos de redução da pobreza.

Energias Renováveis

62. As energias renováveis (hídrica, solar, eólica, biomassa) constituem uma fonte potencial para a Guiné-Bissau, pois os recursos são abundantes.

63. Com o apoio da UEMOA, foram construídas três unidades piloto de produção de energia com base na biomassa.

64. Em 2007, foi elaborado a Carta de Política de Desenvolvimento de Energias Domésticas, com o objetivo de (i) acelerar a eletrificação rural através de iniciativas locais e (ii) elaborar o esquema diretor de aprovisionamento de combustível lenhoso.

65. No quadro do programa da organização do aproveitamento do rio Gâmbia (OMVG) está previsto o investimento na energia de origem hidráulica.

66. Através do Mecanismo da Facilidade pela Energia II (União Europeia), foram financiados três projetos no domínio da eletrificação rural com base em energia solar e biocombustíveis.

67. Apesar das iniciativas acima descritas para a promoção de energias renováveis, a sua expressão no balanço energético é praticamente nula.



Minas e Petróleo

68. Em 1992 estudos demonstraram um potencial de 1,1 bilhão de barris de petróleo pesado num bloco da Zona de Gestão Comum entre o Senegal e a Guiné-Bissau. Os trabalhos de prospecção permitiram identificar 12 perfurações com interesse económico, entre 85 tentativas.

69. Em 2008 o Governo assinou um acordo para a exploração de bauxite, incluindo a construção do porto de águas fundas em Buba para o transporte do minério.

70. Os trabalhos de pesquisa e exploração de fosfato de Farim começaram após a obtenção de uma licença operacional em 2009. O estudo de viabilidade final está em curso.

71. A lei das minas e pedreiras, elaborada em 2000, foi atualizada nos meados de 2011.

72. Um leque importante de documentos foram elaborados e validados ao longo dos anos, entre os quais, o regulamento da lei de petróleo, o código mineiro, o regulamento técnico da lei das minas e pedreiras e também algumas convenção mineiras, com o apoio do PNUD.

73. Foi estabelecido com o Ministério da Energia, Indústria e dos Recursos Naturais um "Fundo de Mineração", com o objectivo de (i) mitigar os efeitos da exploração mineira sobre o ambiente e para (ii) o reforço da capacidade institucional

74. Realizou-se uma Conferencia sobre as indústrias extrativas e desenvolvimento durável, em 2010, que visava entre outros, o reforço do diálogo institucional entre o Governo, as organizações da Sociedade Civil, as comunidades que habitam as zonas de exploração e as empresas de exploração mineira.

75. Em 2010, o Ministério da Energia e Recursos Naturais e o Grupo de Trabalho sobre o Petróleo e outras Indústrias Extrativas (GTP-IE) assinaram um Memorandum de Entendimento com o intuito de promover as boas práticas sociais e ambientais no desenvolvimento do sector.

76. Ainda, no mesmo ano, foi promulgada a Lei de Avaliação Ambiental e social (LAA) e elaborado um guia para o sector das minas e pedreiras. E a Guiné-Bissau ratificou a Convenção MARPOL (Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios) sobre transporte em mar de produtos químicos.

77. Nos últimos anos, não obstante várias iniciativas lançadas pelo Governo para promover o aproveitamento desses recursos com o capital privado estrangeiro, o desenvolvimento deste sector enfrenta grandes desafios, nomeadamente, (i) a dificuldade de aplicar as disposições legais em matéria de salvaguarda social e ambiental, (ii) a dificuldade de mobilizar os investimentos necessários, (iii) a fraca capacidade nacional em matéria de negociação e (iv) a fraca apropriação de instrumentos jurídicos para proteger os interesses do país e controlar o impacto da mineração sobre o meio ambiente.

SECTOR TERCIÁRIO

Infraestruturas, transportes e telecomunicações

78. Nos últimos anos, a rede rodoviária foi melhorada. Projetos intervieram no troço Bissau-Ziguinchor com a construção da ponte João Landim em 2004 e na ponte Eurafricana em 2009, com acesso para Banjul (Gâmbia) mas também nos eixos este-oeste e norte-sul, com as respetivas portagens.

79. Foi implementado um Fundo Rodoviário de segunda geração e está em curso a elaboração de um Plano Nacional Rodoviário, que abrange todos os itinerários desejáveis e recomendáveis.

80. Estima-se que apenas 4,2% da população urbana está ligada ao esgoto ou fossa séptica. Não existe um sistema de esgotos das águas negras e pluviais e a qualidade do ambiente urbano degrada-se progressivamente por falta de cumprimento das regras e condições de urbanizações.



81. Existe um Plano Geral Urbanístico da Cidade de Bissau, elaborado em 2006, que indica os problemas existentes ao nível da capital, as falta a sua implementação.

82. O porto comercial de Bissau está num estado deplorável e depara-se com uma série de problemas de gestão, um desempenho operacional fraco, tarifas altas, infraestrutura decadente e fraca governação corporativa.

83. A autoridade portuária, APGB enfrenta enormes desafios operacionais e financeiros. Face a isso, o Governo elaborou e implementou uma estratégia para o estabelecimento de uma parceria público-privada e está em curso a criação de espaço suficiente para o armazenamento e a manipulação de volumes de mercadorias.

84. O Governo reforçou os sistemas de transporte fluviais e marítimos para assegurar a continuidade do fluxo de produtos e pessoas para os centros de consumo e de exportação, principalmente, para o porto de Bissau.

85. Os projetos de construção e reabilitação das infraestruturas, têm-se apoiado na legislação ambiental em vigor (LAA) e um guia para este sector foi elaborado.

86. O país dispõe de um único aeroporto internacional em Bissau. No interior existem três aeródromos operacionais. As infraestruturas aeroportuárias e de apoio à navegação aérea carecem de investimentos.

87. Nos últimos anos o sector das telecomunicações conheceu progressos significativos através dos investimentos feitos por três operadoras de telefonia celular, das quais duas privadas.

88. Em 1999 foi elaborada a Declaração de Política Sectorial das Telecomunicações, que orienta as atividades no sector. Também foi adotada uma lei base das telecomunicações, que fixa as diretivas gerais para o estabelecimento, gestão e a prestação de serviços das redes de telecomunicações em todo o território nacional. No mesmo ano foi criado o Instituto das Comunicações da Guiné-Bissau, agência pública reguladora do sector.

Educação, Formação, Pesquisa e Sensibilização

89. A Guiné-Bissau enfrenta dificuldades no que tange aos objetivos de universalização da educação primária até 2015, razão pela qual este objetivo foi esticado para 2020.

90. Atualmente, as despesas correntes da educação sobre o total de despesas correntes do Estado é somente de 11%.



91. Não obstante estas dificuldades, alguns progressos foram registados. O sector da educação possui instrumentos de política, entre as quais, a carta de política educativa, a lei de base da educação, a lei do ensino superior, o plano sectorial da educação, o estatuto da carreira docente e a estratégia nacional sobre as cantinas escolares.

92. O sistema educativo evolui em performance em termos quantitativos com uma melhoria visível da cobertura escolar. Estes esforços têm-se traduzido no aumento da taxa de inscrição e de retenção dos alunos nas escolas, aumento encorajado pela abertura feita pelo Governo, autorizando a criação de escolas comunitárias.

93. As ONGs e outros parceiros têm vindo a construir não só escolas e salas de aula como também residências para professores, salões multiuso, poços de água potável e latrinas para melhorar as condições de higiene, saúde e saneamento nas escolas.

94. Em parceria com o PAM o governo adotou a Estratégia Nacional das Cantinas Escolares, que estipula que os produtos que alimentam as escolas sejam adquiridos no país e 30% na localidade da escola “fomento da agricultura familiar” com criação de hortas escolares que se transforma num instrumento pedagógico.

95. Os esforços de melhoramento do sistema educativo são extensivos à alfabetização de adultos onde a taxa de analfabetismo permanece elevada situando-se na ordem dos 70% entre as mulheres e de 40% entre homens.

96. Entre 2003 e 2010 foram criadas cinco instituições de ensino superior e mais de uma dezena de centros de formação de nível médio e técnico-profissional.

97. Na perspectiva de uma educação para todos, visando o desenvolvimento sustentável, o Ministério de Educação, através do INDE, empreendeu um vasto programa de reforma curricular. Em 2011 firmou um Acordo com a UICN no sentido de introduzir temáticas de educação ambiental nos *curricula*, estando os suportes didáticos e pedagógicos em fase de elaboração.

98. Na mesma perspectiva, no quadro do Projeto PNUD/GEF de reforço da resiliência às alterações climáticas em Gabú, está em curso a elaboração de um manual de alfabetização funcional de adultos, integrando conceitos de género, mudanças climáticas, direitos humanos, água e saneamento, nutrição, VIH/SIDA e biodiversidade.

99. Iniciativas de informação, educação e comunicação ambiental são promovidas por várias ONGs (ex: AD, Tiniguena e Palmeirinha), organizações juvenis e pela Casa do Ambiente e Cultura dos Bijagós, através das Escolas de Verificação Ambiental (EVA) e das rádios comunitárias.

100. Vários estudos e pesquisas temáticas nas áreas de biodiversidade, biologia marinha, tecnologias aplicadas, antropossociologia, etc. foram realizados, devendo-se destacar os programas de investigação do Gabinete de Planificação Costeira, do IBAP, do INEP- CEATA, do CIPA, do INITA e outros agentes e instituições vocacionadas.

Promoção da Saúde

101. A situação de precariedade dos estabelecimentos hospitalares, tem complexas causas interdependentes e cumulativas, de entre as quais, a falta de pessoal qualificado, a falta de competências técnicas, a irregularidade nos aprovisionamentos de material clínico-cirúrgico, reagentes etc.

102. Relativamente ao VIH/SIDA, a situação é preocupante, registando-se uma taxa de prevalência na ordem dos 5,5% em 2010, de acordo com o INASA.

103. A Tuberculose ainda é uma das preocupações do governo tendo em conta que a taxa de óbito aumentou para 2%, apesar da taxa de abandono do tratamento ter decrescido de 7%, de acordo com os dados de 2011.

104. O paludismo é uma doença endémica de transmissão estável e de prevalência elevada.

105. O risco de uma mulher morrer durante a vida fértil na Guiné-Bissau é 184 vezes superior relativamente as que vivem nos países desenvolvidos, (PNDS II, 2008-2017).

106. Das crianças com menos de 5 anos, 19% sofrem de insuficiência ponderal e 3,8% de mal nutrição grave.

107. A semelhança do que acontece em relação a outros sectores alguns progressos fora alcançada em certos domínios, como o aumento da cobertura vacinal. A Cólera não se regista há já mais de 3 anos.

108. Mais de uma centena de jovens concluíram a formação na Escola Nacional de Saúde e 88 médicos foram graduados, facto que contribuiu para melhorar o rácio profissional/paciente.

109. Cursos de medicina foram criados na Universidade Amílcar Cabral e no Instituto Jean Piaget .

110. As atividades de pesquisa nos domínios da Sida e da Tuberculose, que foram desenvolvidas com êxito a nível do Projeto de Saúde de Bandim, foram fortemente reforçadas com a criação do Instituto Nacional da Saúde Pública em 2011.

111. O Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário (PNDS II) foi atualizada e a Política de Água e Saneamento está em fase de formulação com o apoio do PNUD.

Turismo e Biodiversidade

112. Existe um grande potencial para transformar este sector numa importante fonte de crescimento e redução da pobreza. Entretanto há que ultrapassar as alguns obstáculos fundamentais que incluem: problemas de acesso para o interior do país, uma inadequada e degradada infraestrutur rodoviária e limitados serviços básicos (saúde, comunicação, banca, etc.).

113. Apesar dos vários problemas, existe uma oferta turística ao nível do país ligada ao estado natural dos recursos. Essa tendência incitou investimentos na construção de infraestruturas hoteleiras e turísticas de forma pouco cuidada, aliada a falta de um Plano Nacional de Ordenamento do Território e de estudos prévios de impactes ambientais.



114. Foram implementadas atividades de ecoturismo em Cantanhez e Orango, que proporcionaram a criação de emprego (principalmente aos jovens e mulheres locais), a formação de eco-guias, a construção e melhoramento de infraestruturas básicas (centro de saúde e escola primária), e contribuíram para a promoção da economia local, ajudar a resolver conflitos entre homem e hipopótamo, entre outros.

115. Destaca-se a construção/ampliação de empreendimentos turísticos, particularmente no Arquipélago dos Bijagós e na zona de Varela como iniciativas bem sucedidas.

116. No quadro da AIA, foi elaborado um Guia Sectorial para o turismo, instrumento que impõe regras para reduzir as perdas da diversidade biológica e a degradação dos ecossistemas, decorrentes das atividades turísticas.

Transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis, cooperação e fortalecimento institucional e integração regional e mundial

117. O país estabeleceu vários programas conjuntos com países da sub-região entre as quais se destacam, a gestão sustentável dos recursos naturais transfronteiriços, a cooperação científica e técnica e o fortalecimento das instituições competentes.

118. Relativamente à pesquisa, o país assinou vários protocolos com instituições científicas internacionais em vários domínios dos recursos naturais.

119. Os Pontos Focais das diferentes convenções e quadros nacionais participam em conferências, seminários e outros eventos importantes que integram as temáticas de desenvolvimento sustentável. No entanto a restituição destes eventos precisa melhorar.

120. O país associou-se a vários programas sub-regionais e mundiais com o objectivo de reforçar a coordenação de políticas sectoriais e para a implementação de ações comuns e eventualmente de políticas comuns.

121. No plano internacional, a Guiné-Bissau ratificou os acordos e instrumentos jurídicos internacionais relativos ao ambiente e aos ODMs.

PROTEÇÃO DO AMBIENTE E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS PARA O DESENVOLVIMENTO

122. Após a Cimeira de Rio em 1992, no quadro de um processo de reflexão entre várias entidades estatais e a sociedade civil, foi criado o Conselho Nacional do Ambiente. Com o decorrer dos anos, e tendo em conta a importância que o sector foi assumindo, o sector do ambiente sempre foi contemplado na orgânica do governo.

123. Nos últimos anos o quadro institucional da Guiné-Bissau foi marcado por uma grande dinâmica. Paralelamente a contemplação do sector ambiental nas prioridades do Governo, deu-se o início à criação de várias entidades estatais vocacionadas para este sector, a CEATA/INEP, GPC, célula SIG, INITA, CIPA, INPA, IBAP, CAIA.

124. A década de noventa foi caracterizada pela tomada da consciência por parte da sociedade civil sobre a problemática ambiental, com o aparecimento de muitas ONGs nacionais como a AD, Tinguena, Nantynian, Alternag, Kafo, Aprodel, para além de muitas Associações Juvenis que elegeram esta problemática como uma prioridade.

125. Em termos legislativos, antes da elaboração e adoção da Lei de Bases do Ambiente, em 2011, existia um sistema de normas por sectores de atividades que assegurava a proteção do ambiente, nomeadamente a agricultura, as florestas, a fauna, a água, as AP, as pescas e as minas. A atual Lei de Bases do Ambiente estipula a obrigatoriedade legal de todos os investimentos públicos e privados serem sujeitos a uma avaliação de impacte ambiental sob a superintendência da CAIA.

Biodiversidade

126. Nestes últimos anos a pressão sobre as florestas tem aumentado devido à exploração clandestina da madeira, à prática de agricultura itinerante e da fruticultura. Em relação aos mangais a pressão é provocada pela exploração da lenha para a fumagem do peixe e desmatagem para orizicultura. A pesca intencional ou incidental de espécies ameaçadas como os tubarões e as raias tem as suas consequências sobre o equilíbrio dos ecossistemas marinhos.

127. Esta situação levou a adoção de várias medidas. Em 1997, o Governo, com o apoio do GEF/PNUD, iniciou a elaboração da ENPANDB-GB, cuja adoção oficial ocorreu em 2004, assim como o Plano Nacional de Gestão Ambiental (PNGA).

128. No quadro de implementação destes instrumentos foi criado o IBAP para o reforço da gestão da rede das AP e responsável pelos parques e espécies ameaçadas; e a CAIA para o desenvolvimento de instrumentos reguladores que incorporam os custos ambientais e sociais nos processos de tomada de decisão relativos ao desenvolvimento.



129. Nesta sequência foram elaboradas leis, entre as quais a Lei-Quadro das Áreas Protegidas e criadas AP, a saber, o Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu, o Parque Natural das Lagoas de Cufada, o Parque Nacional Marinho João Vieira-Poilão, o Parque Nacional das ilhas de Orango, o Parque Nacional de Cantanhez, a Área Marinha Protegida das ilhas Urok e uma Reserva de Biosfera de Arquipélago de Bolama-Bijagós. Atualmente as AP cobrem 15% do território nacional.

130. Esta em curso a implementação do Projeto de Apoio à Consolidação do Sistema Nacional das Áreas Protegidas na Faixa Florestal Sudeste da Guiné-Bissau, com o financiamento do PNUD e do GEF, visando criar 2 parques terrestres e 3 corredores de grande fauna.

131. Foram implementadas várias atividades de capacitação de quadros nas diferentes áreas de conservação e realizadas exposições sobre a Biodiversidade, AP e Segurança alimentar e da cultura dos Bijagós.

132. A Fundação BioGuiné foi criada e visa o estabelecimento de um mecanismo de financiamento sustentável das ações de conservação da natureza.

133. Foi elaborada a Estratégia para as Áreas Protegidas e existe um banco de dados sobre as espécies animais e vegetais da Guiné-Bissau além de vários livros editados.

134. A importância das AP foi levada ao mais alto nível, caso do Parque de João Vieira e Poilão que são “Dádiva à Terra” e o Arquipélago dos Bijagós que foi considerado uma Reserva de Biosfera pela UNESCO.

135. Relativamente às experiências práticas, pode-se citar o Projeto de Apoio à Pesca Artesanal Sustentável no Rio Grande de Buba, tendo como componentes o apoio às comunidades através de créditos para a pesca, gestão de recursos pesqueiros e seguimento científico através do CIPA.

136. Ainda foram assinadas e ratificadas convenções e acordos em matéria de proteção do ambiente e desenvolvimento sustentável. Não obstante a assinatura e ratificação das convenções e protocolos pertinentes para a proteção e conservação do ambiente em geral, e dos recursos naturais em particular, a gestão das convenções a nível nacional tem sido de forma dispersa e desorganizada. Consequentemente,

provocou o não cumprimento de algumas responsabilidades e deveres pelo governo, como o pagamento de quotas e a produção sistemática de relatórios nacionais.

137. No início de 2012, a Guiné-Bissau submeteu à UNESCO uma proposta de inscrição do Arquipélago de Bolama Bijagós (*Motom Moranghajogo*) na Lista de património mundial. Cujas candidaturas já passaram a primeira fase.

Mudanças Climáticas

138. Na Guiné-Bissau, os dados observados nos últimos 30 anos revelam que a precipitação tem vindo a diminuir e concentrar-se em apenas 5 meses do ano (Junho a Outubro), contrariamente aos anos anteriores.

139. Para a saúde, a elevada temperatura e precipitação, associadas ao débil sistema de saneamento influenciaram o recrudescimento de várias doenças no país, entre as quais, o paludismo, as hepatites, a cólera, etc. (CNI, 2005).



140. No ato de implementação da CQNUMC ao Plano Nacional, o Governo através do Ministério responsável pelo sector com apoio do PNUD/GEF, por etapas, elaborou um leque de documentos de apoio que serviram de base para a elaboração do Plano de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (PANA).

141. As questões relativas às mudanças climáticas foram consideradas prioritárias e figuraram com uma das orientações estratégicas do DENARP II, no intuito de integrar as mudanças climáticas nas políticas públicas. Como corolário deste engajamento, o Governo mobilizou recursos para a implementação do programa piloto de reforço de resiliência e adaptação às alterações climáticas nos sectores hídricos e agrário da Guiné-Bissau.

142. No Plano internacional, a Guiné-Bissau ratificou a CQNUMC e protocolo de Kyoto. Neste quadro a Guiné-Bissau tem participado ativamente nas conferencias das partes (COP), palco das negociações internacionais sobre a redução da emissão de gases de efeito estufa, e está em curso um projeto regional, implementado pelo Governo com apoio do GEF/PNUD, sobre a Adaptação às Mudanças Climáticas na Zona Costeira (ACCC).

Luta Contra a Desertificação

143. As ameaças da degradação da terra se fazem sentir cada vez mais ao nível do país devido a fronteira comum com países sahelianos e as variações do clima resultante particularmente das atividades antrópicas, à saber, a desflorestação e queimadas incontroladas, exploração madeireira, monoculturas extensivas, corte de essências florestais para produção de carvão e lenha, corte de mangal para a fumagem de pescado, proliferação dos ponteiros, entre outros.

144. Esta situação levou à adoção de medidas quer a nível institucional como jurídico-legal. No plano institucional foi criada um órgão que envolve vários atores e parceiros ligados a problemática da gestão sustentável de terras. No plano jurídico, para além da política florestal, foram elaboradas e atualizadas leis e regulamentos, entre as quais, a lei das florestas e o seu regulamento florestal e a lei da Terra.

145. Uma das conquistas importantes foi a interdição de exportação de toros de madeira.

146. Muitos estudos temáticos foram realizados para melhor entender o fenómeno da desertificação na Guiné-Bissau. Estes estudos permitiram atualizar dados de base sobre vários aspetos relacionados a natureza e a gestão dos recursos naturais.

147. O Plano de Ação Nacional de Luta contra a Desertificação (PAN/LCD), foi elaborado e submetido para a aprovação do Conselho de Ministros em 2011.

Recursos em Água e Zonas Húmidas

148. A Guiné-Bissau está coberta por uma vasta rede hidrográfica constituída por cursos de água correntes e estagnadas.

149. O potencial hídrico do país foi estimado em 14 bilhões de m³/ano. A renovação desses recursos depende em grande parte da intensidade e da regularidade das chuvas, cujos parâmetros degradam-se progressivamente ao longo dos anos.

150. A qualidade da água e dos aquíferos superficiais são geralmente poluídos, em certas zonas a natureza físico-química da água deve também ser controlada.

151. O Governo com o apoio de parceiros (PNUD e UE), elaborou a política e o código da água, e atualmente esta em curso a atualização do Plano Diretor de Água e Saneamento (2012-2020).

152. O país é signatário de várias convenções internacionais no domínio das águas e é membro da OMVG.



153. Foi constituído um Comité Interministerial das Águas (CIMA), organismo de coordenação entre ministérios e das ações ligadas ao sector da água e saneamento.

154. O país aderiu ao programa de aproveitamento integrado do maciço do Fouta-Djallon.

155. A Guiné-Bissau, é membro da Organização para a Gestão Integrada dos Recursos em Água (GIRA).

156. Foi criado o Parque Natural das Lagoas de Cufada que constitui a zona húmida mais célebre do país por ser considerada, de acordo com os critérios da conservação de Ramsar, de importância internacional. Também foram recenseadas mais de 10 sítios e locais que podem ser considerados como potenciais zonas húmidas na Guiné-Bissau.

BALANÇO GERAL DA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 21 NACIONAL

157. A Guiné-Bissau assinou e ratificou diferentes convenções e tratados, elaborou estratégias e planos, bem como tomou medidas de ordem jurídica e regulamentar a serem implementadas para o desenvolvimento sustentável. O balanço relativo a implementação da Agenda 21 no país, de 1992 à 2012, articular-se a volta de três grandes eixos, nomeadamente: o crescimento económico, a conservação e a gestão dos recursos naturais e a dimensão social.

158. **Tratando-se do crescimento económico e desenvolvimento sustentável**, várias ações foram empreendidas para restabelecer os grandes equilíbrios macroeconómicos integrados no DENARP, entretanto o país está instalado numa pobreza quase estrutural devido a situação socioeconómica que dificulta o respeito dos compromissos assumidos. O país também carece de capacidades nos domínios da planificação estratégica, da gestão da interface entre conservação, produção e valorização dos recursos naturais, tanto a nível microeconómico como macroeconómico, no âmbito da contabilidade nacional do Estado.

159. **Em matéria de conservação e gestão dos recursos naturais**, uma das maiores conquistas do país foi a criação das AP que atualmente correspondem à 15% do território nacional e está prevista o seu aumento para 24% até 2015. As realizações do país também cobrem as reformas institucionais e jurídicas profundas que tocam o ambiente, o regime das florestas, fauna e pesca, assim como a elaboração dos vários instrumentos jurídicos internos, reflexos das convenções e tratados internacionais.

160. **Relativamente a dimensão social**, a ação essencial foi a criação de várias organizações com a finalidade de otimizar a sua contribuição para o processo de decisão. A população rural é o principal explorador dos recursos naturais. Neste contexto a tomada em conta do bem-estar (educação, saúde, entre outros) desta camada irá influenciar positivamente o desenvolvimento sustentável.

161. Por último, ao longo de todo o processo de implementação da Agenda 21, o país deparou-se com constrangimentos ligados a ausência de sinergia entre os diferentes sectores, um quadro político-institucional muito instável, insuficiência de capacidades humanas e financeiras e fracos investimentos privado.

ECONOMIA VERDE NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA GUINÉ-BISSAU

162. A economia verde é um dos conceitos que apareceram estes últimos anos e que visa reforçar a convergência entre os três pilares do desenvolvimento sustentável.

163. A economia da Guiné-Bissau está muito dependente da economia externa. O Governo, nestes últimos tempos, vem integrando o conceito de economia verde enquanto estratégia, tendo sido introduzida em documentos estratégicos como o DENARP II, o PNGA, o PNIA, onde a noção de serviços dos ecossistemas foi largamente abordada.

164. A economia na Guiné-Bissau deve ser analisada em duas (2) vertentes, economia moderna e economia tradicional (verde).



165. É importante realçar que, de forma informal ou enquanto estratégia de sobrevivência, a economia tradicional/verde sempre foi adotada pelas comunidades rurais na gestão e exploração tradicional dos seus recursos e espaços.

166. Este conceito foi recuperado pelas ONGs nacionais e foram criadas dinâmicas através: da introdução de tecnologias melhoradas; criação de EVAs; gestão do lixo; criação de unidades de transformação e valorização de produtos florestais; gestão de florestas comunitárias pelas populações; adesão a projetos de sequestro de carbono; criação de AP; ecoturismo comunitário; e fiscalização participativa das águas nacionais. Ultimamente começou-se a adotar uma abordagem ecossistémica para incluir os serviços dos ecossistemas na contabilidade nacional e assim demonstrar os benefícios desses recursos.

167. Por outro lado, a Guiné-Bissau sendo um dos países mais pobres do mundo, e ávida de crescimento económico, vem desenvolvendo certas atividades sem ter em conta o ambiente. Pode-se citar a plantação e exploração anárquica de cajueiros e desbravamento das florestas; a introdução pelo Governo de adubos melhorados e a intensificação da agricultura; a proliferação de geradores, entre outros.

168. Em termos gerais no que concerne a Guiné-Bissau, *“Embora o conceito de economia verde tenha sido tomada em conta em vários documentos estratégicos nacionais, ainda não se chegou à uma compreensão unânime do conceito de economia verde, não existindo um documento nacional específico que defina a política de desenvolvimentos da economia verde. Mas levantaram-se vários questionamentos: Será que existem condições para a implementação da economia verde no país? Existe uma real necessidade de implementá-la?”* Respostas à estas questões deverão constituir objeto de próximos debates e reflexões.

DESAFIOS E AÇÕES PRIORITÁRIAS FUTURAS

169. Promover um desenvolvimento social sustentável baseado na equidade, na partilha dos recursos, na erradicação das graves causas de mortalidade e orientado para a consecução dos ODM.
170. Instaurar o poder autárquico, reforçar a boa governação e a descentralização.
171. Promover a equidade do género e a implicação dos grupos vulneráveis na gestão do ambiente e dos recursos naturais.
172. Reforçar o quadro legal, institucional, sistémicos, os recursos humanos e os meios logísticos e instrumentos de trabalho.
173. Reunir meios financeiros e humanos suficientes para implementar o PNIA.
174. Estimular a governação no sector das pescas e combater a pesca ilegal.
175. Melhorar a conservação dos ecossistemas florestais e atualizar os dados do inventário florestal nacional.
176. Promover as redes regionais, particularmente o da OMVG, para que o país possa beneficiar de uma fonte segura e mais barata de energia elétrica.
177. Face ao desenvolvimento da indústria mineira, atualizar os instrumentos legais e reforçar a Direção Geral de Geologia e Minas.
178. Desenvolver a capacidade financeira e humana necessária para o cumprimento do mandato da CAIA.
179. Concluir o processo de adesão do país à Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas (ITIE).
180. Dotar o país de um POT, essencial para uma melhor gestão dos recursos naturais, e uma melhor orientação dos investimentos públicos e privados.
181. Alargar e descentralizar a introdução do ambiente nas curricula escolares.
182. Impulsionar o desenvolvimento do sector saúde e saneamento, e reduzir a taxa de prevalência de doenças endémicas (VIH/SIDA, paludismo, tuberculose) e as doenças ligadas à falta de higiene e a desnutrição.
183. Impulsionar um turismo sustentável.
184. Capitalizar a Fundação BioGuiné. Será importante consolidar os reforços de gestão das AP e demonstrar a sua contribuição na durabilidade de recursos naturais.
185. Melhorar as capacidades de vigilância e de observação sistemática do clima e reforçar o Serviço da Meteorologia nacional.
186. Melhorar o quadro político, legislativo e regulamentar para atrair os investimentos nas energias renováveis, com formação dos decisores políticos e parlamentares sobre as oportunidades e vantagens da adoção desta forma de energia.
187. Reforçar a parceria entre as instituições públicas, público-privado e populações para a promoção da governação ambiental.
188. Promover o desenvolvimento das técnicas e tecnologias ecologicamente racionais para melhor valorizar e utilizar os recursos naturais.
189. É importante que haja um consenso nacional sobre o conceito de economia verde e a pertinência da sua implementação no país, e dotar o país de um programa nacional de desenvolvimento sustentável de longo prazo que a integre e que seja resiliente as alterações climáticas.

BIBLIOGRAFIA

- Cysne, M.: lista de legislação nacional em vigor com relevância ambiental, Março de 1998.
- Ministério dos Recursos Naturais (2006). Plano estratégico e de ação para o desenvolvimento do sector de água e saneamento. DGRH. Bissau. 54P.
- Ministério de Economia e Plano. Estratégia de Luta Contra Pobreza (DENARP), 2010, República da Guiné-Bissau.

- Ministério de Desenvolvimento Rural e Agricultura e Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente. Estratégia e Plano de Ação Nacional para Biodiversidade, Projeto GBS/97/G31/1G/9. República da Guiné-Bissau (161 pp).
- Diombera Kaoussou (2000, 2004): Bilan de l'état de la préparation à la sécheresse et l'atténuation de ses effets en Guinée-Bissau, 30 pp.
- IBAP. Estratégia nacional para as áreas protegidas e a conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau (2007-2011). República da Guiné-Bissau, 2007.
- IBAP, Anteprojeto da Lei-quadro das Áreas Protegidas, República da Guiné-Bissau.
- INE (2009): Resultados definitivos do 3.º recenseamento geral da população e habitação
- Livro Branco de CEDEAO/UEMOA sobre Energia - Une politique régionale de la CEDEAO pour atteindre les OMD, 16 pp.
- MDRA (1997) Plano de Ação da Carta de Política de Desenvolvimento Agrário e Anexos.
- MADR (2002), Carta de Política de Desenvolvimento Agrário, República da Guiné-Bissau.
- Cassamá, Viriato e Al., (2009): Formulação de um Programa para a Implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação (UNCCD) nos Países da CPLP; Relatório Final de Consultorias; Projecto de Cooperação Técnica (TCP CPLP/FAO); 118 pp.
- DGA; (2006): Programa de Acção Nacional de Adaptação as Mudanças Climáticas; 99pp.
- PNUD. (1997). Rapport 1995-1996, Coopération au Développement. Bissau.
- Plano Nacional de Gestão Ambiental (2004), República da Guiné-Bissau, Secretaria de Estado dos Recursos Naturais, Energia e Industria, Direção Geral do Ambiente, 255pp e anexos.
- Rapport National sur le développement humain en Guinée-Bissau 2006: Reforme les politiques pour atteindre les Objectifs du millénaire pour le développement en Guinée-Bissau. PNUD.
- UEMOA. Grandes Orientations de la Politique Commune d'Amélioration de l'Environnement (PCAÉ), rapport final.
- Estratégia Nacional e Plano para a Conservação da Diversidade Biológica; ALTERNAG, CIPA, INPA, DGA; 2009.

Créditos Fotografia:

Hellio V. Inguen, para IBAP – Guiné-Bissau